



CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL
Estado do Rio Grande do Sul

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º25/2025

1. REFERÊNCIA

1.1 Contratante: Câmara Municipal de Herval

1.2 Contratada: INLEGIS Consultoria e Treinamento Eireli.

1.3 CNPJ: 30.050.141/0001-80

2. OBJETO

Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de serviço de capacitação e treinamento.

3. VALOR GLOBAL ESTIMADO

R\$ 1.290,00 (Mil Duzentos e noventa reais)

4. AMPARO LEGAL

Inciso III, alínea "f" do Art. 74 da Lei 14133, de 01 de abril de 2021.

Herval, em 20 de outubro de 2025.



CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL
Estado do Rio Grande do Sul

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 025/2025

DESPACHO:

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DE HERVAL/RS, reconhece ser inexigível a licitação com base no Art. 74, Inciso III, alínea "f", da Lei n.º 14.133/21 para a contratação da Empresa INLEGIS Consultoria e Treinamento Eireli, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.050.141/0001-80, com sede na Rua Jerônimo Coelho n.º 354, centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-240, representada pelo Sr. Bernard Godinho Johann, inscrito no CPF: 002.242.670-19, residente e domiciliado a Rua Jerônimo Coelho n.º 354, centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-240 ,para a Realização do Curso Processo Legislativo, para a aprovação do PLA e técnica legislativa (LC 95/1998) orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA e LRF e emendas impositivas, licitações e contratos (Lei 14.133/2021) ética e integridade e relação com TCE/MP, transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), engajamento comunitário, participação popular, ouvidoria e audiências públicas, comunicação estratégica, mídias sociais, governança digital. Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, capacitação de recursos e convênios, nos dias 28,29,30 e 31 de outubro do corrente ano. No valor de R\$ 1.290,00 (Mil duzentos e noventa reais) referente à inscrição de 01 servidor.

Herval, 20 de outubro de 2025.

Davi Ricardo Nobre dos Santos
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL
Estado do Rio Grande do Sul

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 24/2025

RATIFICAÇÃO

Nos termos do Art. 74, Inciso III, alínea "P", da Lei N.º 14.133/21, ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da Empresa INLEGIS Consultoria e Treinamento Eireli, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.050.141/0001-80, com sede na Rua Jerônimo Coelho n.º 354, centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-240, representada pelo Sr. Bernard Godinho Johann, inscrito no CPF: 002.242.670-19, residente e domiciliado a Rua Jerônimo Coelho n.º 354, centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-240, para a Realização do Curso Processo Legislativo, para a aprovação do PLA e técnica legislativa (LC 95/1998) orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA e LRF e emendas impositivas, licitações e contratos (Lei 14.133/2021) ética e integridade e relação com TCE/MP, transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), engajamento comunitário, participação popular, ouvidoria e audiências públicas, comunicação estratégica, mídias sociais, governança digital. Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, capacitação de recursos e convênios, nos dias 28,29,30 e 31 de outubro do corrente ano. No valor de R\$ 1.290,00 (Mil duzentos e noventa reais) referente à inscrição de 01 servidor.

Herval, 20 de outubro de 2025.


Davi Ricardo Nobre dos Santos
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL
Estado do Rio Grande do Sul

TERMO DE REFERENCIA/ SERVIÇO

1. OBJETO
Contratação direta, por inexigibilidade de licitação de serviço de capacitação e treinamento
1. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO
Curso Processo Legislativo, para a aprovação do PLA e técnica legislativa (LC 95/1998) orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA e LRF e emendas impositivas, licitações e contratos (Lei 14.133/2021) ética e integridade a relação com TCE/MP, transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), engajamento comunitário, participação popular, ouvidoria e audiências públicas, comunicação estratégica, mídias sociais, governança digital. Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, capacitação de recursos e convênios, nos dias 28,29,30 e 31 de outubro do corrente ano. No valor de R\$ 1.290,00 (Mil duzentos e noventa reais) referente à inscrição de 01 servidor.
2. JUSTIFICATIVA
A Contratação se fundamenta na necessidade de capacitação permanente dos agentes públicos. Ressaltamos, que a capacitação de servidores resulta em eficiência do trabalho, e dos Vereadores decisões mais seguras, através de aperfeiçoamento e assimilação de novos conhecimentos, bem como melhor aprimoramento. Nesse sentido, o presente estudo se fundamenta na necessidade de capacitação de 01 servidor lotado no Poder Legislativo.
3. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Órgão: Poder Legislativo Municipal Fonte de Recurso: 1500 Recursos não vinculados de impostos
4. LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA OU CONDIÇÕES DE GARANTIA
O Curso será ministrado na sede do INLEGIS na Rua Jerônimo Coelho n.º 354, centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.010-240
5. CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PAGAMENTO
O fornecedor deverá prestar os serviços descritos no objeto nos dias 14,15,16 e 17 de outubro do corrente ano. O pagamento se dará antes do dia do evento. Com a devida autorização do Presidente juntamente com a nota fiscal.
6. JULGAMENTO (RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO)
7. PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
8. PESQUISA DE PREÇO
A contratação se dará por inexigibilidade de Licitação por se tratar de uma empresa renomada.
9. VALOR ESTIMADO
O valor total estimado para a prestação dos serviços é de R\$ 1.290,00
10. DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS
Os dados do representante da empresa autorizado para a assinatura do contrato (nome completo, CPF e também cópia de Documento de Identificação para conferência); Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante (negativas da receita Federal, estadual e Municipal); Prova de regularidade relativa a seguridade social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a Apresentação de Certidão Negativa (CNDT);
11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
Sabrina Soza
Data: 20/10/2025


Sabrina Soza
CPF 006.818.550-29
Diretora



CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL
Estado do Rio Grande do Sul

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO

Herval, 20 de outubro de 2025.

Homologo o processo de inexigibilidade de licitação n.º 025/2025

Autorizo a 01 inscrição no Curso Processo Legislativo, para a aprovação do PLA e técnica legislativa (LC 95/1998) orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA e LRF e emendas impositivas, licitações e contratos (Lei 14.133/2021) ética e integridade e relação com TCE/MP, transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), engajamento comunitário, participação popular, ouvidoria e audiências públicas, comunicação estratégica, mídias sociais, governança digital. Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, capacitação de recursos e convênios, nos dias 28,29,30 e 31 de outubro do corrente ano. No valor de R\$ 1.290,00 (Mil duzentos e noventa reais) referente à inscrição de 01 servidor, Curso este fornecido pela Empresa INLEGIS Consultoria e Treinamento Eireli.

Publique-se



Davi Ricardo Nobre dos Santos
Presidente



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL
Rua 15 de Novembro nº 537 - Centro
CEP 96310-000

PEDIDO DE EMPENHO : 70/2025

Processo: 60/2025

Modalidade: Inexigibilidade nº 25/2025

Objeto: Curso Processo Legislativo, para a aprovação do PLA e técnica legislativa (LC 95/1998) orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA e LRF e emendas impositivas, licitações e contratos (Lei 14.133/2021) ética e integridade e relação com TCE/MP, transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), engajamento comunitário, participação popular, ouvidoria e audiências públicas, comunicação estratégica, mídias sociais, governança digital, Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, capacitação de recursos e convênios, nos dias 28,29,30 e 31 de outubro do corrente ano. No valor de R\$ 1.290,00 (Mil duzentos e noventa reais) referente à inscrição de 01 servidor.

Despesa	Descrição
1455	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

→ ITENS

Número	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO.	1.0	1.290,00	1.290,00

→ FORNECEDOR:

Inlegis Consultoria e Treinamento

30.050.141/0001-80


Sabrina Soza
CPF 006.818.550-29
Diretora

Responsável Operacional



CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL

Requerimento de Solicitação de Diárias conforme Art.2º da Lei nº 726/ de 24 de Março de 2009.

Roteiro da viagem	Herval – Porto Alegre
Motivo da Viagem	Participar do curso: Processo Legislativo para a aprovação do PLOA e técnica legislativa (LC 95/1998), Orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA e LRF e emendas impositivas, licitações e contratos (Lei 14.133/2021) ética e integridade e relação com TCE/MP, Transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), engajamento comunitário, participação popular, ouvidoria e audiências públicas, comunicação estratégica, mídias sociais, governança digital. Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, capacitação de recursos e convênios.
Período da viagem	Saída : 07:00 horas do dia 28-10-2025 e retorno previsto às 19:00 horas do dia 31-10-2025.

14/10/2025
Data da Solicitação

Adriano de Souza
15/10/25
6898
Sabrina Souza
CPF 000518185550-26
e-mail: 000518185550-26

Enilda Freitas
Solicitante
Enilda Freitas Freitas
CPF 494.705.230-95
A. Professora Legislativa

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS
CÓDIGO - 0025/2810
 **INSCREVA-SE**

0025/2810 – ORIENTAÇÕES E FORMAÇÃO ESSENCIAL PARA VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES

Processo legislativo para aprovação do PLOA, e Técnica legislativa (LC 95/1998), Orçamento público municipal (PPA, LDO, LOA, LRF) e emendas impositivas, Licitações e contratos (Lei 14.133/2021) Ética e integridade e relação com TCE/MP, Transparência (LAI) e proteção de dados (LGPD), Engajamento comunitário, Participação popular, ouvidoria e audiências públicas, Comunicação estratégica, mídias sociais, Governança digital / Inteligência artificial aplicada ao Poder Público, Captação de recursos e convênios

DATA DE INÍCIO: 28/10/25
DATA DE CONCLUSÃO: 31/10/25
↑ Porto Alegre
Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354
[REFRAR PDF DA PÁGINA](#)

Caso não gerar o PDF, solicite via WhatsApp (51) 9999.15809

[INSCREVA-SE](#)
[VEJA O TEMÁRIO](#)
[RESERVE HOTEL](#)

[SUGIRA O CURSO A UM COLÉGUA](#)


CURSO DE FORMAÇÃO ESSENCIAL PARA VEREADORES, SERVIDORES E ASSESSORES – PROCESSO LEGISLATIVO, ORÇAMENTO, LICITAÇÕES E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Este curso foi desenvolvido para vereadores, assessores e servidores que desejem elevar mais eficiência e organização no dia a dia do gabinete. O participante aprenderá sobre as atribuições da mesa diretora e delegações, a organização de sessões e da ordem do dia, bem como a correta elaboração de atos administrativos e normativos internos. O conteúdo também inclui planejamento de agenda, gestão de tarefas, padronização de rotinas e organização de documentos, além de técnicas para realizar reuniões eficientes, acompanhar indicadores de desempenho, prestar contas à sociedade e melhorar o atendimento ao público. O curso traz ainda a utilização de ferramentas gratuitas de gestão e estratégias de melhoria contínua, gerando mais produtividade e profissionalismo no assessoramento legislativo.



METODOLOGIA

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.



INVESTIMENTO

R\$ 1290,00

Política de cancelamento:

Nos aulas com 72h de antecedência. Não havendo cancelamento nesse prazo, poderá ser cobrada taxa. Cursos gratuitos não têm taxa. Para cancelar: (51) 9999.15809 – Chamar no WhatsApp



CARGA HORÁRIA

Este curso tem duração de 72h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso receberão certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extras curriculares em faculdades e cursos.



PROGRAMAÇÃO

Terça-feira:
10h – Credenciamento, Retirada de Material
14h – 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:
09h – 12h30min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:
09h – 12h30min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula



DADOS DE EMPENHO

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.345/0001-80.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 009.267.110

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre.

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br



PÚBLICO ALVO

Interessados no tema em geral: Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo Legislativo, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Progesta, Departamento de Contas, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretaria de

COMO USAR A LEI DE FORMA CORRETA
E SE APLICAR EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

LEI E NOVO CONHECIMENTO DAS CONTRATAÇÕES
PÚBLICAS

ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 E OS REFLEXOS
NA ROTINA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

POR QUE O PLANEJAMENTO CONTÁBIL AINDA MAIS
RELEVÂNCIA

LEI ENTENDENDO LTP E LTR

DIFERENÇAS E COMPLEMENTAÇÕES ENTRE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE
REFERÊNCIA

FINALIDADE PLACAR DO ATENDIMENTO E SUA
IMPORTÂNCIA PARA A CONTRATAÇÃO SEM
SUCESSO

LEI O MOMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

DA TEORIA À PRÁTICA, O QUE É E COMO ELA
VEM TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

TIPOS DE LEI E EXEMPLOS DE USO DA APLICATIVAS NO
SECTOR PÚBLICO

14.133 APLICADA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COMO A LEI PODE OTIMIZAR A ELABORAÇÃO DO
LTP E LTR

BENEFÍCIOS PRÁTICOS: AGILIDADE, REDUÇÃO DE
ERROS E PADRONIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

OS TRÊS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

AULA | QUARTA-TARDE

ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

OS TRÊS INSTRUMENTOS DO PLANEJAMENTO
ORÇAMENTÁRIO

PPI – PLANO PLURIANUAL

LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PROCESSO LEGISLATIVO – TRANSMISSÃO E
APRECIACÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL (PLOA) PELO PODER LEGISLATIVO
MUNICIPAL

EXERCÍCIO PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS, COM
DESTAQUE NAS RELATÓRIAS, AOS PARCÉLARES E A
VOTAÇÃO

ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES

O PAPEL DAS COMISSÕES NA DEMOCRATIZAÇÃO
DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

EMENDAS IMPOSITIVAS AO PLOA, COM DESTAQUE
AS DISPOSIÇÕES DADAS PELA EMENDAS
CONSTITUCIONAL Nº 126/2022

FINANÇAMENTOS

VISÃO GERAL

COMPETÊNCIA E PROCEDIMENTOS PARA A
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS
INDIVIDUAIS E DE BANCADA

A INTERAÇÃO ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E
LEGISLATIVO NA CRIAÇÃO DO ORÇAMENTO

POBLADO MUNICIPAL

REQUISITOS / LIMITES

PROCEDIMENTOS / PASSO A PASSO PARA A
ELABORAÇÃO E PARA A APRESENTAÇÃO DE
EMENDAS IMPOSITIVAS INDIVIDUAIS E DE
BANCADA

IMPEDIMENTOS DE ORDEM TÉCNICA E
ADEQUAÇÕES PELO PARLAMENTO OU PELA
BANCADA

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO

CONSEQUÊNCIAS EM CASO DE NÃO
CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO

FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA –
ATRIBUIÇÕES E INSTRUMENTOS

CONTROLE INTERNO, CONTROLE EXTERNO E
CONTROLE SOCIAL: TIPOS E RESPONSABILIDADES

INDICADORES DE DESEMPENHO E INSTRUMENTOS
DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIOS OBRIGATORIOS: RELATÓRIO
RESUMITIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (REDO),
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA (ROF), PRESTAÇÃO DE CONTAS E
RELATÓRIOS DE GESTÃO

RESPONSABILIDADE FISCAL E PENALIDADES EM
CASO DE DESCUMPRIMENTO DA LEI DE
RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

VEDAÇÕES ELEITORAIS, MUDANÇAS NAS LEIS ELEITORAIS E RESOLUÇÕES DO TSE PARA O PLEITO DE 2024:

AULA | QUINTA-MANHÃ

PARTICIPAÇÃO POPULAR: AUDIÊNCIAS E

BRUNA SCHIFINO

Advogada, mestre e especialista em Direito
Administrativo. Especialista em Licitação e
Contratos Públicos. Experiência de 9 anos
como professora LDO, Parâmetros de Setor
de Licitação e Procurador de Municípios

INSTRUTOR



EDISON IMAR OLIVEIRA MELLO

Auditor Aposentado do TCE-RS
Especialista, Professor Universitário
Consultor de INGLIS

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPF

FUNDAMENTOS JURÍDICOS E CONCEITUAIS

CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR:
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA X DEMOCRACIA
REPRESENTATIVA

BASE CONSTITUCIONAL: ARTIGOS 20, 24 E 37 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

DIFERENÇAS ENTRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS,
CONSULTAS PÚBLICAS, PLEBISCITOS E
REFERENDOS

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA SOCIAL COMO
INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE E CONTROLE

EXEMPLOS PRÁTICOS A AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E
DE CONSULTAS PÚBLICAS

OBRIGATORIEDADE LEGAL DAS AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS

HIPÓTESES LEGAIS DE OBRIGATORIEDADE

PLANO DIRETOR / PLANO DE CIDADANIA – LEI Nº
10.257/2001

PLANO TRITUMAL: R. 1094, LEI DE FORTALEZAS
ORÇAMENTÁRIAS (LOF) E LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL (LOA)

PARTEIRAS PÚBLICAS – PRONAS (LEI Nº
11.079/2004)

CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES

O PAPEL DAS AUDIÊNCIAS NAS MUDANÇAS
LEGISLATIVAS MUNICIPAIS

PARTICIPAÇÃO POPULAR E OUVIDORIAS
PÚBLICAS

CONCEITOS BÁSICOS ESTABELECIDOS PELA LEI Nº
11.460/2007

DIREITOS BÁSICOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DE
SERVIÇOS PÚBLICOS

MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS

CLASSIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES:
RECLAMAÇÃO, DENÚNCIA, SUGESTÃO E ELOGIO

FASES / PROCEDIMENTOS PARA A EFETIVA
RESOLUÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES
APRESENTADAS

PRATAS LEGAIS

OUVIDORIAS PÚBLICAS

CONCEITO, ATRIBUIÇÕES E DEVERES DAS
OUVIDORIAS PÚBLICAS

A OUVIDORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E
FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

DIFERENÇAS ENTRE OUVIDORIA, CORREGIDORIA,
AUDITORIA INTERNA / CONTROLE INTERNO E
OUTROS MECANISMOS DE CONTROLE

RELATÓRIOS DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS

CONTEÚDO

FINALIDADE

PERIODICIDADE

PUBLICIDADE

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO – CAUTELAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE MELHORIAS

AULA | QUINTA-TARDE

CONTENÇÃO DE RECURSOS PARA OS MUNICÍPIOS

COMO OS VEREADORES PODEM ARTICULAR A
OBTENÇÃO DE RECURSOS JUNTO A DEPUTADOS,
SENADORES E PROGRAMAS FEDERAIS /
ESTADUAIS E COMO ESSES RECURSOS PODEM SER
UTILIZADOS E DIVULGADOS

FUNDOS, CONVÊNIOS E EMENDAS
PARLAMENTARES COMO CAPTAÇÃO DE RECURSOS
PARA O MUNICÍPIO

O PAPEL DA CÂMARA NA FISCALIZAÇÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS

TÉCNICA LEGISLATIVA MODERNA E
ESTRUTURADA

PRINCÍPIOS DA BOA REDAÇÃO NORMATIVA

OBJETIVOS E APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR
Nº 45/1995

PRINCÍPIOS DE CLAREZA, PRECISÃO E ORDEM
LÓGICA NA REDAÇÃO DAS LEIS

ESTRUTURAÇÃO DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS
SEGUNDO A LEI COMPLEMENTAR Nº 45/1995

CLASSIFICAÇÃO NORMATIVA E RELAÇÃO ENTRE
LEIS E DECRETOS

TÉCNICAS PARA A ATRITAÇÃO DE LEIS

REVOGAÇÃO EXPRESSA E TÁCITA E
REPRISTINAÇÃO

ALTERAÇÃO DE ARTIGOS – INCLUSÃO, EXCLUSÃO E
NOVA REDAÇÃO

ALTERAÇÃO DE UNIDADES EM QUE SE DESCOBRE
O ARTIGO – INCLUSÃO, EXCLUSÃO E NOVA
REDACÇÃO DE PARÁGRAFOS, INCISOS, ALÍNEAS E
ITEMS

Advogada, formada pela UFPA, especialista
em Direito Administrativo e Direito Público
pelo Instituto do Ministério Público,
especialista em Direito pela UFRJ. Atua
colaboradora da Procuradoria-Geral do
Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020.
Atualmente, é assessora jurídica na Câmara
Municipal de Porto Alegre.

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com atuação
especializada em Direito Público, Direito
Eleitoral, Direito Digital, Contratos,
Administrativos e Compliance. Atua como
Coordenadora Jurídica na Procuradoria-
Geral do Município de Porto Alegre (PGM),
além de ter exercido funções técnicas na
MÉTRISUL, em função em consórcio,
Relações, parcerias jurídicas e controle de
legalidade por meio órgãos de controle como
a CAME e o TCE. Possui pós-graduação em
Direito Público com ênfase em Direito
Constitucional. Com atuação consolidada
na gestão pública e institucional, Caroline
também se destaca como palestrante nas
áreas de Direito Administrativo,
Empoderamento Feminino e Direito
Eleitoral.

LEGISLAÇÃO JURÍDICA E ACESSIBILIDADE NA LEGISLAÇÃO

ESTRUTURA E TÉCNICA LEGISLATIVA

ELEMENTOS ESSENCIAIS DE UM TEXTO NORMATIVO – EPÍGRAFE, ENUNCIADO, PREAMBULO E DISPOSITIVOS;

ESTRUTURA FORMAL DAS LEIS: PARTE PRELIMINAR, PARTE NORMATIVA E PARTE FINAL;

O USO DE ARTIGOS, INCISOS, PARÁGRAFOS, ALÍNEAS E ITENS

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95/1998 E NORMAS DE REDAÇÃO LEGISLATIVA

TÉCNICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DE LEIS

DEFINIÇÃO

FERRAMENTAS PARA UNIFICAR MÚLTIPLAS ALTERAÇÕES

COMO ELABORAR VERSÃO CONSOLIDADA SEM ERROS DE NUMERAÇÃO

COMO ELABORAR A JUSTIFICATIVA OU JUSTIFICAÇÃO DE PROJETOS DE LEI

ESTRUTURA ARGUMENTATIVA – DIAGNÓSTICO, OBJETIVOS, IMPACTOS

LINGUAGEM PERSUASIVA E ALINHAMENTO À POLÍTICA PÚBLICA

O PAPEL DOS VEREADORES NA FISCALIZAÇÃO E NA REDAÇÃO DE NORMAS MUNICIPAIS

NOVO!

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) NOS MUNICÍPIOS

AULA | SEXTA-MANHÃ

TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO – CATALISAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE MELHORIAS

O QUE É TRANSPARÊNCIA?

PUBLICIDADE É O MESMO QUE TRANSPARÊNCIA?

COMO SE FAZ O EQUILÍBRIO ENTRE TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER PÚBLICO?

DESTAQUES DA LEI Nº 12.527/2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

ABRANGÊNCIA DA LAI

DEVERES DO ESTADO, DE ACORDO COM A LAI

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LAI

DIREITOS DE QUALQUER INTERESSADOS ESTABELECIDOS PELA LAI

INFORMAÇÕES MÍNIMAS A SEREM DIVULGADAS, DE ACORDO COM A LAI – TRANSPARÊNCIA ATIVA

LOCAL DE FÁCIL ACESSO E SITE / PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

PLACIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – TRANSPARÊNCIA PASSIVA

APONTAMENTOS DOS ÓRGÃO DE CONTROLE SOBRE O DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)

DESTAQUES DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

IMPORTÂNCIA DA EFETIVA IMPLANTAÇÃO DA LGPD NOS MUNICÍPIOS

PRINCIPAIS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LGPD

EM QUE SITUAÇÕES É POSSÍVEL O TRATAMENTO E O COMEÇAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO?

DIAGNÓSTICOS A SEREM REALIZADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LGPD

ETAPAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LGPD

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA LGPD

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

Advogada de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPOLIS – Com mais de uma década de experiência na docência em Direito, de capacitação, mas como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

ENCONTRO DE LEGISLATIVOS

CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA PARA CASAS LEGISLATIVAS

LRF, comissões, audiência, inovação no parlamento, revisão (COM/R)

Confirme sua presença e inscreva-se logo com o código 0025/1410

INLEGIS

Início: 14/10/2023 Encerramento: 17/10/2023

0025/1410 – 50º ENCONTRO DO PODER PÚBLICO: PARA SECRETÁRIOS, ASSESSORES, VEREADORES E SERVIDORES

A Inscrição do TCE/RS e atuação das Gestões Municipais, Processo Legislativo, Inteligência Artificial, Escalafão de Contas (Lei 15.733/2021), orçamento e LRF, comissões e audiência, ética e compliance, transparência e LAI, competências institucionais, participação social, revisão de atos do TCE, atuação no parlamento. Referência: Lei 20943/21

CÓDIGO: 0025/1410



ENCONTRO DE MULHERES

LIDERANÇA FEMININA, GESTÃO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRIMEIRAS INSCRITAS RECEBEM MOCHILA COMO BRINDE EXTRA

INLEGIS

Início: 14/10/2023 Encerramento: 17/10/2023

1025/1410 – 25º ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES NO PODER PÚBLICO E POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inteligência Artificial, liderança feminina, participação política, LRF e compliance, gestão social, orçamento público e plano, LRF na prestação, servidores e treinamento, comunicação cidadã, redes de proteção, boas práticas municipais – Participação de Deputadas Estaduais

CÓDIGO: 1025/1410



CONTABILIDADE: MATRIZ DE RISCO E +

PADRÕES, RELATÓRIOS E CONTROLE SOCIAL

ATENÇÃO AULA ESPECIAL! NOVAS REGRAS DO TCE/RS IMPACTAM DE IMEDIATO O CÁLCULO DO MODELO 13 – GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO

INLEGIS

Início: 14/10/2023 Encerramento: 17/10/2023

4025/1410 – CONTABILIDADE PÚBLICA ESSENCIAL e TESOUREARIA: MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS, PADRÕES, RELATÓRIOS E CONTROLE SOCIAL

(PCASP) e participação e parcerias locais, DCAST (RREO), BRL, RAR, Matriz de Saldos Contábeis, inclusão de auditoria, transparência ativa, accountability

CÓDIGO: 4025/1410



VEREADORES E

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA VEREADORES E ASSESSORES

Apoio eficiente parlamentar e à Câmara Municipal

Confirme sua presença e inscreva-se logo com o código 0025/1510

INLEGIS

Início: 15/10/2023 Encerramento: 17/10/2023

0025/1510 – 50º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS PARA APOIO PARLAMENTAR E SERVIÇOS

Temas essenciais no Poder Legislativo

CÓDIGO: 0025/1510



Outras opções de cursos:

